

Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas*

Region, regionalisation and regionality: contemporary issues

*Rogério Haesbaert***

Resumo

A região, enquanto entidade geográfica concreta, a regionalização, enquanto processo de diferenciação e/ou de recorte do espaço em parcelas coesas ou articuladas, e a regionalidade, enquanto propriedade do "ser" regional (especialmente em sua dimensão simbólica e vivida), enfrentam hoje, num mundo globalizado, reconfigurações que atestam uma crescente complexidade em termos do seu desenho espacial e do entrecruzamento dos sujeitos e dimensões que as constroem. A região, assim, deve ser vista muito mais dentro de um processo mutável de des-articulações, em rede (num jogo nem sempre coincidente entre coesões funcionais e coesões simbólicas), do que nas formações zonais integradas e bem delimitadas com que tradicionalmente era trabalhada.

Palavras-chave

Região; regionalização; regionalidade; globalização.

Abstract

The region, as a concrete geographic entity, regionalisation, as a process of differentiation and/or division of space in cohesive or contiguous parcels, and regionality, as the property of any regional "individual" (especially within a symbolic and real life context) today face, in a globalised world, reconfigurations which demonstrate a growing complexity in terms of spatial design and intercrossing of the elements and aspects that make them up. As such, the region must be assessed more within a changeable process of disjoining, in network (in a game that is not always simultaneous between functional cohesion and symbolic cohesion), than in relation to integrated and well-defined geographic zones as traditionally rationalised.

Key words

Region; regionalisation; regionality; globalisation.

* Este artigo resulta do desdobramento de alguns debates elaborados no livro *Regional-Global: Dilemas de Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea*, no prelo pela editora Bertrand Brasil. Recebido em 02 de junho de 2010 e aprovado em 16 de junho de 2010.

** Doutor em Geografia Humana pela USP, com pós-doutoramento no Departamento de Geografia da Open University, Inglaterra; Professor Associado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.

Desde que a geografia regional foi declarada morta [anos 1950-60] – de forma mais veemente por aqueles que, de qualquer modo, nunca tinham sido muito bons nela – geógrafos, a seu favor, têm mantido, de uma forma ou de outra, a tentativa de reavivá-la... Esta é uma tarefa vital. ... Precisamos conhecer a constituição de formações sociais regionais, de articulações regionais, de transformações regionais.

(Gregory, 1978, p.171 – tradução livre)

A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização.

(Santos, 1999, p.16)

A TEMÁTICA REGIONAL, DENTRO E FORA DA GEOGRAFIA, pode estar referida a uma série muito ampla de questões, como as que envolvem as relações entre parte e todo, particular e geral, singular e universal, idiográfico e nomotético ou, em outros termos, num enfoque mais concreto, centro e periferia, moderno-cosmopolita e tradicional-provinciano, global e local... São muitas as relações passíveis de serem trabalhadas dentro do que comumente denominamos questão ou abordagem “regional”. Cada área do conhecimento, da Economia aos Estudos Literários, da Ciência Política à Antropologia, traz sua própria leitura sobre a região, o regionalismo, a regionalidade e/ou a regionalização.

Em certo sentido, de caráter mais geográfico – que é aquele que iremos enfatizar aqui – falar de região numa época de tão pouco consenso sobre a relação entre as partes (o “regional”, em seu sentido mais geral) e o todo (o “global”) – e sobre a própria definição do que seriam estas partes e do que seria este todo, num sentido geográfico – pode parecer um desafio infrutífero. Se vivemos o tempo da fluidez e das conexões, como defendem tantos, como encontrar ainda parcelas, subdivisões, recortes, “regiões” minimamente coerentes dentro deste todo espacial pretensamente globalizado?¹

Regionalizar, no seu sentido mais amplo e relacionado a uma de suas raízes etimológicas, enquanto “recortar” o espaço ou nele traçar linhas, é uma ação ligada também ao sentido de orientar(-se) – como na antiga concepção de “região” dos áugures (adivinhos) romanos que, através de linhas ou “regiões” traçadas no céu pretendiam prever o destino de

¹ Para um balanço dessas idas e vindas, “vida e morte” da região ao longo da história do pensamento geográfico, ver HAESBAERT, 2005.

nossa vida aqui na Terra². Mas como “orientar-se” através de nossas regionalizações num mundo que, para muitos, encontra-se marcado mais pela desordem do que pela ordem, mais pela precarização e vulnerabilidade do que pelo fortalecimento e estabilidade de nossos vínculos territoriais?

Um primeiro pressuposto é o de que “regionalizar” significa, de saída, assumir a natureza do regional, hoje, ao mesmo tempo como condicionado e condicionante em relação aos chamados processos globalizadores – ou melhor, como seu constituinte indissociável – a ponto de, muitas vezes, regionalização e globalização se tornarem dinâmicas tão imbricadas e complementares que passam a ser, na prática, indiscerníveis, muitos apelando para neologismos como “glocalização” para entender a complexidade desses processos. Mas a globalização, como bem sabemos, está longe de ser um consenso, em primeiro lugar por não representar um processo uniforme e, neste sentido, não ser propriamente “global”. Muitos pesquisadores preferem mesmo utilizar o termo sempre no plural, “globalizações”, distinguindo aí suas múltiplas dimensões, a enorme desigualdade com que é produzida/difundida e seus diferentes sujeitos – tanto no sentido daqueles que prioritariamente a promovem e a desencadeiam, quanto daqueles que a ela, basicamente, encontram-se subordinados.

Podemos, é claro, falar de um processo globalizador – e, concomitantemente, regionalizador – hegemônico, aquele envolvido pelos grandes sujeitos que pretendem dar as cartas e definir os rumos do capital financeiro, da especulação em diferentes níveis e da mercantilização generalizada. Em nome de uma lógica individualista-contábil mundial, este movimento propõe de alguma maneira integrar as mais distintas áreas do planeta, “regionalizando” sobretudo na forma que melhor convém às suas estratégias geográficas de circulação, acumulação e dominação. Mas há sempre, é claro, articulado de forma contraditória e/ou ambivalente, um processo que podemos denominar de contra-hegemônico – ou, mais simplesmente, de destruição das hegemonias (no sentido da hierarquia que elas implicam), tanto de forma mais localizada quanto mais global, como nos movimentos contra-globalizadores (que são também, concomitantemente, contra-

² Segundo o *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*, o termo *regio* “désigne les lignes droites tracées dans le ciel par les augures pour en délimiter les parties; de là le sens ‘limites, frontières’ et, par suite, ‘portion délimitée, quartier, région’” (“designa as linhas retas traçadas no céu pelos áugures [adivinhos romanos] para aí delimitarem as partes; daí o sentido de ‘limites, fronteiras’ e, em consequência, ‘porção delimitada, bairro, região’”) (ERNOUT; MEILLET, 1967, p.568).

regionalizadores), ou melhor, por uma outra globalização-regionalização, capitaneada fundamentalmente pelos grupos ou classes subalternos.

É neste sentido que pretendemos falar aqui de “regionalização” – a região enquanto processo, em constante rearticulação – e da propriedade de “ser” regional, a “regionalidade”, vistos a partir da grande diferenciação cultural e da enorme desigualdade social produzida mesmo num mundo tido como globalizado e, portanto, pretensamente mais homogêneo. Não há como, genericamente, pretender estipular uma única grande racionalidade ou “teoria” da regionalização, a não ser que mantenhamos os velhos padrões economicistas com que, muitas vezes, a região foi trabalhada – como se apenas a reprodução e acumulação do capital pudesse dar conta de toda a diversidade regional em que estamos inseridos.

Na conclusão de minha dissertação de mestrado, há mais de 20 anos atrás, eu destacava:

[...] as práticas de controle político, cultural e, sobretudo, econômico permanecem cada vez mais vivas e globalizadoras. Torna-se fundamental, portanto, recuperar o entendimento do papel das diferenças, enquanto alternativas possíveis para uma nova e quem sabe múltipla dinâmica da sociedade. Neste contexto tem lugar o resgate de conceitos como, em Geografia, o de região. Como vimos, já no discurso do francês Vidal de la Blache a manifestação das ‘individualidades geográficas’ ficava evidente, e a tradicional Geografia da ‘diferenciação de áreas’ é uma prova incontestada de que a própria diferenciação espacial constitui, de certa forma, uma das razões de ser do conhecimento geográfico. Diante da preocupação, às vezes cega, em abarcar toda a realidade em conceitos e teorias gerais, neopositivistas e muitos marxistas estiveram juntos, dizendo romper brutalmente com uma Geografia ‘empirista e inútil’ que, de qualquer forma, constitui suas raízes. A própria realidade, hoje, parece exigir uma postura mais criteriosa, onde os ‘cientistas’ sociais devem negar as teorias definitivas e as ortodoxias, por não darem conta das transformações e da complexidade do real, sem com isso entretanto caírem no empirismo de que tanto já nos acusamos (1988, p.92).

Numa analogia com a História, podemos afirmar que, correspondendo aproximadamente ao que representa a periodização como questão central para os historiadores, a regionalização aparece como uma problemática central para os geógrafos. Alguns estudiosos, como o historiador Fernand Braudel e os geógrafos Christian Grataloup e David Wishart (2004), teorizaram essas interseções entre espaço geográfico e tempo histórico, tanto em um sentido mais amplo quanto a partir da perspectiva mais estrita da

regionalização e da periodização. Os trabalhos “As regiões do tempo” e “Os períodos do espaço”, de Grataloup (1991, 2006 [2003]), revelam no próprio título essa indissociabilidade entre os processos de “recortar” o espaço e de “recortar” o tempo. Grataloup (1991) chega mesmo a propor um exercício de passagem dos conceitos de região e dos métodos de regionalização mais conhecidos da Geografia (regiões homogênea e funcional; regiões administrativa e “vívda”) para os métodos de periodização utilizados pelos historiadores. Em artigo anterior (HAESBAERT, 2002 [1993]), também realizei um exercício de reflexão sobre as imbricações entre os diferentes “recortes” de tempo e espaço, configurando o que denominei escalas espaço-temporais.

Pensar em região, assim, é pensar, antes de tudo, nos processos de regionalização – seja focalizando-os como simples procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja a partir de dinâmicas espaço-temporais efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais – ou, em outras palavras, fundadas numa “regionalidade” vista para além de mera propriedade teórica de definição do regional. Ao incorporar como dimensão primeira o espaço, isto não significa, nunca é demais enfatizar, que se trate de um espaço separado ou separável dos sujeitos que o constroem: a regionalização deve estar sempre articulada numa análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação que eles estabelecem, seja com a “primeira” (cada vez mais rara, como já reconhecia o próprio Marx), seja com a “segunda” natureza. Ou seja, o espaço sempre visto em seu sentido relacional, totalmente impregnado nas dinâmicas de produção da sociedade.

Podemos afirmar que a região caminhou, ao longo da história do pensamento geográfico, mais ou menos como num pêndulo entre posições mais idiográficas ou valorizadoras das diferenças e posições mais nomotéticas ou que enfatizavam as generalizações. É claro que ela, enquanto conceito, foi majoritária sobretudo nos momentos mais idiográficos ou voltados para a realidade empírica, numa valorização da região como “fato” (seja como “fato” concreto, material, seja como “fato” simbólico, vivido), do que nos períodos em que se afirmava uma Geografia Geral, voltada para a construção teórica, mais racionalista, onde a região adquiriu um papel mais de “artifício” (analítico) do que de realidade efetivamente construída e/ou vivida.

Propomos aqui um caminho mais complexo, para o entendimento da região não simplesmente como um “fato” (em sua existência efetiva) nem como um mero “artifício” (enquanto recurso teórico, analítico) ou como instrumento normativo, de ação (visando a intervenção política, via planejamento). Propomos então tratar a região como um “arte-fato” (sempre com hífen), tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política.

A região vista como arte-fato é concebida no sentido de romper com a dualidade que muitos advogam entre posturas mais estritamente realistas e idealistas, construído ao mesmo tempo de natureza ideal-simbólica (seja no sentido de uma construção teórica, enquanto representação “analítica” do espaço, seja de uma construção identitária a partir do espaço vivido) e material-funcional (nas práticas econômico-políticas com que os grupos ou classes sociais constroem seu espaço de forma desigual/diferenciada). “Arte-fato” também permite indicar que o regional é abordado ao mesmo tempo como criação, auto-fazer-se (“arte”) e como construção já produzida e articulada (“fato”).

Assim, sintetizando, a partir da discussão da região como arte-fato, nossa proposta se pauta em algumas questões fundamentais, notadamente:

- a região como produto-produtora das dinâmicas concomitantes de globalização e fragmentação, em suas distintas combinações e intensidades, o que significa trabalhar a extensão e a força das principais redes de coesão ou, como preferimos, de *articulação* regional, o que implica identificar também, por outro lado, o nível de desarticulação e/ou de fragmentação de espaços dentro do espaço regional em sentido mais amplo;
- a região construída através da atuação de diferentes sujeitos sociais (genericamente: o Estado, as empresas, as instituições de poder não-estatais e os distintos grupos sócio-culturais e classes econômico-políticas) em suas lógicas espaciais zonal e reticular, acrescentando-se ainda a “i-lógica” dos aglomerados resultante principalmente de processos de exclusão e/ou precarização sócio-espacial (HAESBAERT, 2004a e 2004b), cuja consideração é hoje, cada vez mais, imprescindível.
- a região como produto-produtora dos processos de diferenciação espacial, tanto no sentido das diferenças de grau (ou desigualdades) quanto das diferenças de

tipo ou de natureza (diferença em sentido estrito), tanto das diferenças discretas quanto das diferenças contínuas (nos termos de BERGSON, 1993, 2006).

E quanto àquilo que denominamos “regionalidade”? Comentamos inicialmente que a regionalidade estaria ligada, de forma genérica, à propriedade ou qualidade de “ser” regional. Mas “ser”, aqui, não no sentido ontológico de um “fato” regional bem definido e auto-evidente. A regionalidade envolveria a criação concomitante da “realidade” e das representações regionais, sem que elas possam ser dissociadas ou que uma se coloque, a priori, sob o comando da outra – o imaginário e a construção simbólica moldando o vivido regional e a vivência e produção concretas da região, por sua vez, alimentando suas configurações simbólicas.

É evidente que, dependendo do caso, a história e a cultura acumuladas proporcionam a determinados contextos regionais um peso ou um valor simbólico e identitário muito maior do que a outros, como fica mais do que evidente, no caso brasileiro, para as chamadas regiões Sul (ou pelo menos para parte da região Sul, aquela ocupada ou colonizada por “gaúchos”) e Nordeste (numa identidade nordestina, pelo menos no início, moldada muito mais de fora para dentro, a partir da figura dos migrantes dela provenientes [como enfatiza PÓVOA NETO, 1994]). Nem por isso podemos, mesmo nesses casos, reduzir a regionalidade exclusivamente à dimensão simbólica ou a uma perspectiva de fundamentação idealista, como no caso das chamadas análises discursivas sobre a região. Um caso muito interessante mas que sobreenfatiza essa leitura discursiva e que aparece como uma das novas perspectivas que, mais recentemente, vêm se colocando para a leitura da questão regional, é a de Albuquerque Júnior em seu estudo de base pós-estruturalista sobre a “invenção do Nordeste”, que abordaremos a seguir.

A re-invenção pós-estruturalista da região e da regionalidade

Dentro das diversas perspectivas de fundamentação pós-estruturalista na abordagem regional está presente a leitura daqueles que tomam como ponto de partida a análise do discurso e propõem tratar a região sobretudo a partir de um processo de “invenção” (discursiva), aliando conceito e metáfora, ciência e arte. É o caso do historiador brasileiro

Durval de Albuquerque Júnior, especialmente em sua importante obra “A invenção do Nordeste” (Albuquerque Júnior, 1999)³. Nesse trabalho o autor afirma:

[...] o que me interessa aqui não é este Nordeste “real”, ou questionar a correspondência entre representação e realidade, mas sim a produção dessa constelação de regularidades práticas e discursivas que institui, faz ver e possibilita dizer esta região até hoje. Na produção discursiva sobre o Nordeste, este é menos um lugar que um topos, um conjunto de referências, uma coleção de características, um arquivo de imagens e textos. Ele parece ser uma citação, ter origem no fragmento de um texto, um extrato de imaginação anterior, uma imagem que sempre se repete. Nordeste, um feixe de recorrências (1999, p. 66).

Tanto uma região, enquanto espaço efetivamente construído e diferenciado, como a *idéia* de região são, sem dúvida, criações históricas. Mas Albuquerque Júnior destaca sobretudo sua dimensão simbólica, “imaginária”, enquanto “invenção”. Assim, o Nordeste enquanto região seria “inventado”, emergindo “na ‘paisagem imaginária’ do país” no final da primeira década do século XX, e estaria fundado “na saudade e na tradição” (p. 65). Tal como no pensamento pós-colonial de Edward Saïd e Stuart Hall, que alude às nossas “geografias imaginárias”, tempo-espacos algo míticos e/ou imaginários que levamos, constantemente reconstruindo nossas referências identitárias, aqui também, às vezes, parece que o mundo das práticas materiais ou “visível” se desconecta ou, pelo menos, torna-se secundário dentro desse complexo jogo de, nas palavras do autor, “práticas e discursos” – ou, numa visão foucaultiana, “formações discursivas” e “não-discursivas” – que Deleuze, por sua vez, propõe denominar “práticas discursivas de enunciados” e “práticas não-discursivas de visibilidades” (DELEUZE, 1988, p.61).⁴

Inspirado sobretudo em Foucault, Albuquerque Júnior propõe assim que “o que se diz da região não é o reflexo do que se vê *na* e *como* ‘região’” (1999, p. 46). Entre “as palavras e as coisas”, trata-se de dois “regimes de enunciação” independentes:

³ Uma outra abordagem inspirada em grande parte no pós-estruturalismo, porém em posição mais materialista (dita “não-representacional”), é a do geógrafo inglês Nigel Thrift, especialmente em seus três artigos escritos na década de 90 em prol de uma “nova Geografia Regional” (THRIFT, 1990, 1991, 1993).

⁴ É a partir de sua obra “A Arqueologia do Saber” que Foucault estabelece o “primado” do enunciado ou do “dizível” sobre o visível, do discursivo sobre o não-discursivo que, entretanto, não é a ele redutível ou em relação a ele se torna residual: “em Foucault, os locais de visibilidade não terão jamais o mesmo ritmo, a mesma história, a mesma forma que os campos de enunciados, e o primado do enunciado só será válido por isso, pelo fato de se exercer sobre alguma coisa irreduzível” (DELEUZE, 1988, p.59).

A região se institui, paulatinamente, por meio de práticas e discursos, imagens e textos que podem ter, ou não, relação entre si, um não representa o outro. A verdade sobre a região é constituída a partir dessa batalha entre o visível e o dizível. (...) Nem sempre o enunciável se torna prática e nem toda prática é transformada em discurso. Os discursos fazem ver, embora possam fazer ver algo diferente do que dizem (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.46).

“O discurso regionalista” – ou, se quisermos, da regionalidade, no mesmo sentido que se pode atribuir à identidade, “não mascara a verdade da região, *ele a institui*”. (1999, p.49) Nesse discurso, “o espaço surge como uma dimensão subjetiva, como uma dobra do sujeito, como produto da subjetivação de sensações, de imagens e de textos por inúmeros sujeitos dispersos no social” (1999, p. 50). Ocorre aqui um descolamento, no nosso ponto de vista às vezes extremado, em relação às bases materiais, ao “realismo” sobre o qual a região *também* é construída. Descolamento que subvaloriza ou mesmo menospreza, nessa “produção regional”, a ação concreta e a atividade material dos múltiplos sujeitos que aí estão produzindo seu espaço, que é sempre, ao mesmo tempo, material e simbólico.

Nas palavras do autor, “ao mesmo tempo que inventavam o Nordeste, iam se inventando como sujeitos nordestinos” (1999, p. 31) – mas, provavelmente falta enfatizar, “sujeitos” não apenas a partir de uma “invenção” meramente “discursiva”, “representações de espaço” aleatoriamente concebidas, mas também de práticas espaciais percebidas, e de um espaço de representação, ou “vivido”, no sentido proposto por Lefebvre (1986). Por isso, para o autor, espacialidade está ligada a “percepções espaciais que habitam o campo de linguagem e se relacionam diretamente com um campo de forças que as institui” (1999, p. 23).⁵

O elo prático-discursivo é explicitado, mas muitas vezes subentende que, em relação à materialidade ou à “visibilidade” do espaço (confundida, de forma simplificada, com sua “geograficidade”), esta acaba ligada à fixidez e à estabilidade ou, mais grave ainda, à “naturalização” – até mesmo quando se trata de abordar a região do ponto de vista marxista das “relações de produção”:

⁵ Descontada, aí, a relevante incorporação do binômio espaço-poder, trata-se de um conceito de espacialidade frágil e pautado, como o próprio autor expõe em uma nota, num pequeno texto-entrevista de Michel Foucault (onde a categoria “espaço” não é trabalhada diretamente), na obra do historiador Fernand Braudel, e na de Eni Orlandi.

Longe de considerar esta região como inscrita na natureza, definida geograficamente ou regionalizada “pelo desenvolvimento do capitalismo, com a regionalização das relações de produção”, que é outra forma de naturalização, ele [este trabalho] busca pensar o Nordeste como uma identidade espacial, construída em um preciso momento histórico (...), produto do entrecruzamento de práticas e discursos “regionalistas” (1999, p. 22).

Apesar dessa perspectiva, Albuquerque Júnior tem uma contribuição muito importante ao buscar o elo entre a produção discursiva e a contextualização das redes de poder que a institui e sustenta. Nesse sentido, ele afirma:

A região não é uma unidade que contém uma diversidade, mas é produto de uma operação de homogeneização, que se dá na luta com as forças que dominam outros espaços regionais, por isso ela é aberta, móvel e atravessada por diferentes relações de poder (1999, p. 24). Por outro lado, o regionalismo é muito mais do que uma ideologia de classe dominante de uma dada região. Ele se apóia em práticas regionalistas, na produção de uma sensibilidade regionalista, numa cultura, que são levadas a efeito e incorporadas por várias camadas da população e surge como elemento dos discursos destes vários segmentos (1999, p. 28).

É claro que a abordagem da região a partir da configuração de identidades regionais não é nova⁶, e nós mesmos, numa perspectiva que aliava um marxismo renovado (inspirado em Gramsci) e elementos de uma geografia humanista, realizamos uma leitura nesse sentido quando da análise da Campanha Gaúcha em nossa dissertação de mestrado, já aqui citada (HAESBAERT, 1988). Mas agora não se trata de uma simples análise crítico-política da formação de identidades – e que, no caso da Campanha, foi trabalhada ainda com base no sentido ideológico do discurso. Mais do que um olhar política e ideologicamente comprometido, trata-se de uma proposta inovadora no sentido epistemológico, assumindo claramente princípios pós-estruturalistas de desconstrução da própria região como “realidade”.

Albuquerque Júnior não pretende “re-definir” região. Pelo contrário, ele quer “destruí-la”, “atacá-la”, “dissolvê-la”, no sentido de que encara os regionalismos, assim como os nacionalismos, como “anacrônicos e reacionários”, “maquinarias de captura do

⁶ Vide, por exemplo, numa abordagem mais estruturalista, o trabalho (polêmico para muitos geógrafos, pela leitura às vezes simplificada que faz da Geografia), de Pierre Bourdieu (1989), “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”.

novo, do diferente” (1999:309). Até mesmo o “potencial criativo” dos regionalismos (e nacionalismos), num sentido cultural e artístico, tão bem evidenciado em seu livro, estaria em crise ou mesmo “esgotado”. Em certo sentido, assim, ele é também um autor representativo da ambigüidade das várias “mortes e vidas” da região (HAESBAERT, 2005).

O autor desconsidera outras formas possíveis de ver/dizer o regional e a regionalização, tanto como parte da recriação regional na prática cotidiana de grupos subalternos (em mobilizações de resistência, como fazem, por exemplo, grupos sem-terra identificados com a cultura gaúcha no Sul do Brasil) quanto, num sentido mais amplo, enquanto processos, permanentes e imprevisíveis, de diferenciação geo-histórica.

A própria “região”, enquanto lócus da produção da diferença, e não simplesmente no sentido do “regionalismo reacionário”, também pode, dependendo do emaranhado de poder em que estiver enredada, estimular a constante re-produção do novo – ou seja, ela nem sempre é produzida apenas pelo “regionalismo anacrônico e reacionário” hegemônico aí enfatizado, o que pode ser constatado ao reconhecermos a própria natureza, sempre ambivalente, de sua (re)criação simbólica⁷.

Albuquerque Júnior, entretanto, é importante enfatizar, contribui substancialmente para uma visão inovadora e epistemologicamente crítica, em linha que de algum modo também se inspira nos chamados estudos pós-coloniais, que têm entre seus pioneiros Edward Saïd e sua obra “Orientalismo”, em que aborda a “invenção” do Oriente (basicamente o Oriente árabe-islâmico) pelo Ocidente (SAÏD, 1990[1978]). O tratamento das identidades (regionais, nacionais, étnicas...) por pesquisadores ligados aos também chamados “estudos culturais” (que teriam começado com Raymond Williams, no final da década de 1950), especialmente na Inglaterra, legou importantes aportes à Geografia Regional, e que incluem uma efetiva renovação (quando não uma espécie de “superação”) do pensamento marxista pelo retrabalhar da dimensão cultural.

⁷ Como afirmávamos ainda em 1988 sobre a identidade gaúcha: “Como a identidade regional nunca é apenas um produto ou resultado da criação e manipulação de uma fração da classe dominante, cabe compreender também a força de suas raízes populares, entre classes que podem, através de um resgate semelhante, dar novo ânimo a seus movimentos reivindicatórios. Pois assim como a burguesia industrial e financeira pode fazer uso da coesão proporcionada pela retomada do gauchismo, para defender sua condição mais privilegiada dentro do capitalismo brasileiro, não há o que condene que as classes camponesas (ou mesmo os assalariados urbanos) também façam uso desta identidade, tantas vezes imposta, para reivindicar o seu lugar ou, pelo menos, um lugar menos segregado dentro da sociedade regional” (1988, p.91).

Nem apenas um “fato”, nem simples “artifício”: a região como arte-fato

A palavra “arte” vem do latim *ars*, que significa talento, saber-fazer, e que inicialmente estava associada com técnica, ou seja, ao que é do domínio humano, social, ao *artificial*. “Artefato”, mais literalmente, significa “o que é feito com arte”, um produto da cultura. Embora diga respeito, em primeiro lugar, a um “objeto manufaturado, peça” (segundo o dicionário Novo Aurélio), “aparelhagem, equipamento” (segundo o Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos), numa perspectiva material, pode ser lido também, mais abstratamente, como “mecanismo, dispositivo” – ou seja, encontra-se no cruzamento entre a concretude de um “fato” e a abstração de um “artifício” ou instrumento de análise.

Moore (2008), analogamente ao que propomos aqui para a região, começa sua discussão sobre escala a partir de duas leituras com que comumente ela é tratada: a escala como entidade sócio-espacial material (como ocorre entre muitos geógrafos marxistas, que ele denomina de “econômico-políticos”), correspondente a processos materiais reais, e a escala como construção epistemológica, representação ou construção discursiva (mas que, obviamente, pode ter profundos efeitos materiais). As críticas tanto a essa visão “substancialista” e reificadora da escala quanto a sua concepção como mero recurso analítico escondem, segundo Moore, um problema mais fundamental, aquele que envolve a (in)distinção entre escala – e também, por extensão aqui proposta, região – como categoria de análise e como categoria da prática. Assim, com base em Bourdieu, o autor propõe trabalhar com a distinção entre “categorias da prática” e “categorias de análise”, as primeiras relativas à experiência cotidiana de atores ordinários, as segundas, distantes da experiência, ligadas ao seu uso feito pelos cientistas sociais.

Muitas vezes são justamente as categorias mais impregnadas no senso comum que acabam sendo também as mais reificadas, as mais a-criticamente utilizadas pelos cientistas sociais. Por outro lado, sob a alegação de que determinados conceitos, como escala e região, “não servem” como instrumentos heurísticos, frequentemente ignora-se toda a sua importância através do uso na vida comum (quando não nas próprias práticas políticas) e seus inúmeros efeitos materiais nas práticas cotidianas. O menosprezo “científico” ou do saber dominante, “qualificado”, pelos saberes subalternos, “dominados”, acaba por desqualificar e mesmo ignorar formas de conhecimento amplamente difundidas através de

“categorias da prática” – entre as quais, sem dúvida, encontram-se região, regionalismo e, de certa forma, também, ainda que menos difundida com este termo, regionalidade.

Muitas concepções operam, portanto, nas duas categorizações. O problema é que, como no caso de região, são categorias – ou conceitos – que se encontram de tal forma impregnadas no senso comum, que muitos cientistas sociais acabam abandonando-as como categorias de análise ou, ao contrário, acabam por essencializá-las, confundindo completamente região como categoria de análise e como categoria da prática. Embora Moore (2008) ilustre seu debate com outras duas categorias muito difundidas, nação e nacionalismo, o raciocínio se aproxima muito daquele que faz referência, aqui, à região e ao regionalismo.

Fica claro que é possível evidenciar aí o caráter, na falta de um termo melhor, “construtivista” de nossos conceitos, mas em hipótese alguma dentro de um construtivismo moldado apenas em torno da figura do sujeito e de suas construções ideais – trata-se de um construtivismo não idealista que envolve uma construção ao mesmo tempo mentalmente focada e materialmente sustentada. “Construção” que, no nosso entendimento, em hipótese alguma é fruto apenas da ação antropocêntrica da produção intelectual, mas se insere num mundo material que, ao mesmo tempo que é constantemente reconstruído e/ou reapropriado socialmente, também se constrói a si mesmo, na irreduzibilidade da própria dinâmica da natureza. Daí, por exemplo, a indefectível aliança entre as dinâmicas de produção e interpretação dos mundos “humano” e “não-humano”, tão discutida nos nossos dias.

O geógrafo Michel Lussault (2003) distingue no construtivismo uma vertente mais epistemológica e outra, digamos, mais ontológica, concernente ao estatuto daquilo que os construtos cognitivos abarcam. O sujeito do conhecimento, sob esse ponto de vista construtivista não reflete uma realidade “objetiva”, mas a constrói ao mesmo tempo que é construído por ela, opondo-se assim ao positivismo realista que vê no pensamento um “duplo” ou reflexo da realidade objetiva. Segundo Gustavo Castañon, focalizando as múltiplas vertentes e os múltiplos usos do termo construtivismo, desde sua origem na perspectiva piagetiana:

Todo construtivismo é anti-objetivista. Porém, ele pode assumir a tradição realista da filosofia ocidental, como nos casos do cognitivismo, do construtivismo piagetiano e do construtivismo realista do realismo crítico – ou assumir uma face idealista, que nega qualquer acesso a uma possível realidade externa às construções mentais ou linguísticas, como

nos casos do construtivismo radical e do construcionismo social. É o que coloca Held (1998) quando observa que os construcionistas sociais presumem que um processo ativo de conhecimento por parte do sujeito, implícito no próprio termo “construcionismo”, necessita de uma ontologia anti-realista para se sustentar. Discordando desta posição, ela lembra que a própria epistemologia genética de Piaget é uma forma de construcionismo que se baseia numa ontologia realista, ao mesmo tempo em que defende a possibilidade de acesso racional do sujeito a uma realidade objetiva e independente. (CASTAÑON, 2005, p.6-7)

Assim, o próprio mundo físico, para o construtivista, não é um dado, está permanentemente por ser construído, reinventado, em constante emergência ou devir. Mais do que “duplos”, os modelos de nossa cognição são “representações circunstanciais” dessa realidade (LUSSAULT, 2003:200). O “construído” não precisa, portanto, ficar reduzido ao campo do conhecimento, pois os próprios fenômenos compõem esta “realidade construtivista”, na qual não somente o humano e seu intelecto re-constroem o mundo como a própria dimensão “não-humana” de alguma forma participa como “act(u)ante” (para utilizar um termo cunhado por Bruno Latour) neste processo. O espaço, neste sentido, abordado de modo relacional, longe de aparecer como um palco ou um “teatro”, torna-se parte integrante e indissociável das próprias relações sociais, constituinte inerente à condição do humano e do social.

Bruno Latour é um dos autores que trabalha com um construtivismo nuançado, ao mesmo tempo realista e relativista, ou seja, na verdade ele tenta romper a dicotomia simples entre realismo e construtivismo. Latour questiona radicalmente o dualismo moderno que considera a existência de um “mundo exterior”, separado. Na leitura de Michel Lussault, estaríamos imersos entre:

[...] coletivos de humanos e não-humanos, de construtos momentaneamente estabilizados, no seio dos quais a ciência é um instrumento, justamente, de estabilização. O conhecimento não revela uma realidade preexistente, ele permite que as coisas “se mantenham juntas” num contexto dado e é este ajustamento e esta estabilização construída, este artifício, que os atores consideram como verdadeiro (LUSSAULT, 2003, p.202).

Não se trata, contudo, de “artifício” simplesmente no sentido que aqui utilizamos, há pouco, para caracterizar uma determinada leitura da região e da regionalização. Em um interessante ensaio, Latour (2002) elabora toda uma crítica ao anti-fetichismo da

modernidade que, contraditoriamente, cria o seu próprio culto dos “fe(i)tiches”. Ele parte da ambigüidade da expressão “fetiche” em língua portuguesa, que tem sua origem ligada a “feitiço”, por sua vez proveniente de “feito” – “forma, figura, configuração, mas também artificial, fabricado, factício e, por fim, fascinado, encantado” (2002:16). Analisando expressões de Pasteur sobre sua atividade laboratorial e científica, afirma que, para ele, “construtivismo e realismo” acabam por ser termos sinônimos. “Os fatos são fatos, sabemos desde Bachelard, mas o pensamento crítico nos prepara para ver nesta etimologia ambígua, o fetichismo do objeto”.

Segundo Maia (s/d), a grande questão colocada por Latour (ou Latour-Callon, como ele prefere) é “escapar dos arroubos relativistas sem recair na antiga tradição da objetividade que emerge das coisas em si, dos fatos da natureza, dos eventos que compõem a realidade do mundo”. Assim:

Seu alvo é desfazer-se tanto do construtivismo sociológico como do lingüístico, advogando algum “neo-realismo” que dê às práticas científicas o direito de estarem falando sobre o mundo, mas que simultaneamente também o construam. Assim, a realidade persiste como construção societária mas é igualmente um agente ativo (sic), com alguma autonomia dos sujeitos. A orientação Callon-Latour resgatou o compromisso com um realismo redesenhado que salta do mero realismo cientificista e incorpora matizes construtivistas (MAIA, p. 7).

No que concerne à região, não podemos concebê-la através de um simples recorte empírico, como uma espécie de “categoria do real” (como se a própria Geografia pudesse ser reduzida a uma ciência empírica, definida por um objeto concreto), nem por uma simples forma de interpretação, por um método, como mera “categoria de análise”. Devemos reconhecer que todo método, enquanto “medi-ação”, ou seja, como “meio-ação” (tanto “meio para a ação” quanto “meio/contexto e ação”), é não apenas uma forma de interpretar, mas também de criar, e que fato e interpretação, ao contrário da máxima nietzscheana segundo a qual “não há fatos, somente interpretações”, não devem ser dissociados.

Como o homem é um ser reflexivo, ele re-age tanto sobre/com os objetos (compondo assim “práticas espaciais” ou um “espaço percebido” e “espaços de representação” ou um “espaço vivido”, nos termos de Lefebvre [1986]) quanto sobre/com as próprias ideias a respeito destes objetos (as “representações do espaço” ou o “espaço

concebido”). Desse modo, diz Agnew, o “comportamento humano não pode ser reduzido a um ou a outro, mas constituído pelos dois”. Obviamente, então, “regiões refletem tanto diferenças no mundo quanto ideias sobre diferenças” (1999, p.92). Ou, nas palavras de Bourdieu (1989), a região encontra-se no âmago de uma retroalimentação permanente entre representações da realidade (“divisões da realidade”) e realidade das representações (“realidade das divisões”).⁸

É tão perigoso reduzir regionalizações a meras construções intelectuais quanto a práticas concretas, explicitamente políticas, por exemplo (que, entretanto, as regiões também envolvem). Estas regionalizações “jogam com fatos sobre o mundo ao mesmo tempo em que refletem as tendências, intelectuais e políticas, de seus formuladores” (AGNEW, 1999, p.95). Desta forma, qualquer análise regional que se pretenda consistente (e que supere a leitura da região como genérica categoria analítica, “da mente”) deve levar em conta tanto o campo da produção material quanto o das representações e símbolos, ideais, tanto a dimensão da funcionalidade (político-econômica, desdobrada por sua vez sobre uma base material-“natural”) quanto do vivido (simbólico-cultural, mais subjetivo) – em outras palavras, tanto a coesão ou lógica funcional quanto a coesão simbólica, em suas múltiplas formas de construção e des-articulação – onde, é claro, dependendo do contexto, uma delas pode acabar se impondo sobre – e refazendo – a outra.

As abordagens funcionalistas sobre região acabavam negligenciando, às vezes de forma radical, a dimensão específica do vivido. Como afirma Entrikin (1991) para o conceito de lugar, “caracterizar lugares como todos funcionais ou como sistemas regionais tem uma utilidade clara no planejamento de atividades ou na vida cotidiana, quando vemos o lugar como algo que nos é exterior e como algo a ser manipulado para fins particulares.” Esta concepção funcional de lugar e região (região como “sistema” regional) “é, contudo, um construto intelectual que abstrai as qualidades contextuais específicas que proporcionam a sua significância existencial” (p. 131). Deste modo, outros autores deram ênfase também à dimensão do espaço vivido (FRÉMONT, 1976) e às identidades territoriais na produção da diversidade geográfica regional.

⁸ “De facto, não há que escolher entre a arbitragem objectivista, que mede as *representações* (em todos os sentidos do termo) pela ‘realidade’ esquecendo que elas podem acontecer na realidade, pela eficácia própria da *evocação*, o que elas representam, e o empenhamento subjectivista que, privilegiando a representação, confirma no terreno da ciência a falsificação na escrita sociológica pela qual os militantes passam da representação da realidade à realidade da representação” (BOURDIEU, 1989, p.118).

No que se refere a esta imbricação indissociável entre dimensões funcionais e simbólicas temos, no âmbito geográfico anglo-saxônico, além de propostas como as de Allen, Massey e Cochrane (1998) e Agnew (1999, 2000, 2001), as do geógrafo finlandês Anssi Paasi, em seus vários trabalhos sobre região (PAASI, 1986, 1991, 2002a e 2002b). Em sua abordagem dos anos 1980, ainda se percebe a influência da teoria da estruturação de Anthony Giddens (PAASI, 1986). Ele parte de duas grandes perspectivas do conceito de região que lembram um pouco a distinção de região como categoria de análise e como categoria do “real”, da prática: uma ligada à perspectiva da região como “classe de área”, instrumento de análise do pesquisador; outra relativa à abordagem da região como “comunidade de habitantes”, a partir do próprio espaço vivido.

Paasi se refere a Whittlesey, para quem, ainda nos anos 1950, a “psicologia é um elemento do complexo regional” (WHITTLESEY, apud PAASI, 1986, p.118), no compartilhamento de um conjunto de valores culturais comuns ou, em outras palavras, na construção de uma espécie de “consciência regional” – ou, na nossa interpretação, também, de uma “regionalidade”. Podemos dizer que, aqui, em uma determinada perspectiva, também se trata da região como “arte-fato”, na imbricação fato-artifício – “artifício” não no caráter mais estritamente epistemológico antes enfatizado mas sim no sentido ontológico (onde, na verdade, é impossível distinguir artifício e fato) de uma “comunidade imaginada” (nos mesmos termos de Anderson [1989] para a nação), “ilusão” performante, concebida muito mais em sua eficácia (de coesão simbólica, poderíamos dizer) do que em sua “verdade”.

Ainda que seja percebida como “ilusória” ou “mítica”, Paasi nos alerta que a consciência regional deve ser abordada a partir de algumas questões fundamentais, mais objetivas⁹, como as que dizem respeito aos mecanismos que constroem, ao longo da história, este “sentimento de ‘estar-juntos’ [*togetherness*] entre os habitantes de uma região”. Para ele, pode tratar-se mais “da questão de uma *identidade escrita* representada na esfera institucional (por ex., nos *mass media*) como uma expressão de controle social e, portanto, de poder” (PAASI, 1986:119). O autor se questiona a respeito das forças e instituições responsáveis por este tipo de “sentimento de comunidade” tão amplo, como ele

⁹ Isto nos lembra o antropólogo Lévi-Strauss ao comentar, sobre a identidade, que “a verdade é que, reduzida a seus aspectos subjetivos, uma crise de identidade não oferece interesse intrínseco. Melhor seria olhar de frente as condições objetivas das quais ela é sintoma e que ela reflete” (1977, p.10-11).

se relaciona com outras identidades ainda mais amplas (como a identidade nacional), como emerge e quais são suas conseqüências práticas.

Ao contrário da abordagem discursiva de Albuquerque Júnior, anteriormente comentada, Paasi trabalha com uma concepção mais propriamente “geográfica”, poderíamos dizer, de identidade regional, ao mesmo tempo “subjetiva” e “objetiva” (PAASI, 1986, p.136). “Subjetiva” porque se refere a imagens regionais tanto formuladas a partir de dentro, por seus próprios habitantes, quanto de fora, de forma “contrastiva” com/pelos habitantes de outras regiões; e “objetiva” porque referida a classificações regionais baseadas em diferenciações ambientais, paisagísticas, culturais etc. Mais recentemente, Paasi (1991, 2002b) se refere a uma “identidade ideal” e uma “identidade factual”, distinguindo analiticamente a “identidade da região” da “identidade regional”. Embora se trate de uma distinção de caráter analítico, epistemológico, ela também diz respeito ao caráter ontológico ou da “entidade” regional tanto em seu sentido ideal quanto material.

A “identidade de uma região” se refere “às características de natureza, cultura e dos habitantes que distinguem ou, de fato, podem ser *usadas* nos discursos da ciência, da política, do ativismo cultural ou da economia para distinguir a região frente às demais”, através de classificações que excluem determinados elementos e incluem outros, expressando assim “o poder de delimitar, nomear e simbolizar o espaço e grupos de pessoas” (PAASI, 2002b:140). Por outro lado, a “identidade” ou “consciência” regional – ou, se quisermos, também, num certo sentido, regionalidade – envolve a identificação dos habitantes com sua região, tanto dentro quanto fora dela. Participam na sua construção ativistas sociais, instituições e organizações etc.

Agnew, ao focalizar sua reflexão sobre o Norte italiano – a região da Padânia, praticamente fundada pelo movimento direitista da Liga Norte –, e Allen, Massey e Cochrane, ao estudarem a “invenção” do Sul da Inglaterra sob o governo Thatcher, colocam questões muito próximas: não há, hoje, como analisar a região sem considerar sua dupla filiação, no campo material das coesões – e redes – funcionais, produzida sobretudo por sujeitos hegemônicos, com ação de longo alcance, como o Estado e as grandes corporações, e no campo ideal do que aqui propomos denominar de coesões simbólicas, produzidas num jogo de tendências mais complexas, com participação também, em maior

ou menor grau, dos grupos subalternos, em suas diversas formas de articulação, entre si e com os chamados poderes instituídos.

É claro que não se trata aqui de nenhuma “receita” a ser aplicada indiscriminadamente a qualquer espaço. A força “coesiva” do elo funcional-simbólico, por exemplo, pode estar muito mais presente em alguns espaços – como os acima descritos (ainda que, no caso, muito mais no âmbito “idealizado” por determinados grupos e políticas regionais, como as da Liga Norte italiana e do governo de Margaret Thatcher). No caso brasileiro, considerando as devidas especificidades, esta abordagem também tem sua validade, embora mais restrita a espaços como o nordestino e o gaúcho. Foi nessa perspectiva que propusemos, em análise da Campanha Gaúcha, ainda nos anos 1980, o conceito de região como:

[...] um espaço (não-institucionalizado como Estado-nação) de identidade cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução (HAESBAERT, 1988, p.25).

Nesses casos trata-se de centrar a coesão – ou, como preferimos, articulação – regional na imbricação relativamente clara entre múltiplas dimensões do espaço: política, cultural e econômica (no caso da Campanha Gaúcha, pelo menos num determinado contexto histórico, também a própria dimensão “natural”). Neste sentido, podemos falar de região como arte-fato enquanto envolvida em dinâmicas sociais efetivas que, inclusive, reelaboram, na prática, as categorias região e regionalismo. No caso do Rio Grande do Sul a denominação “regionalismo gaúcho”, por exemplo, encontra-se bastante disseminada nas práticas dos mais diferentes grupos sociais, podendo indicar ao mesmo tempo um movimento político e uma identidade regional. Talvez esse pudesse ser tomado como um “caso prototípico” do fato ou da coesão regional, a partir do qual outras dinâmicas de articulação regional, materiais e simbólicas, mais ou menos densas, iriam sendo desenhadas.

À guisa de conclusão: região/regionalização como *des-articulação* espacial

Os exemplos anteriormente tratados revelam processos sociais complexos em que, de alguma forma, temos a conjugação ou “síntese” de múltiplas dimensões do espaço, como indicado na maior parte dos conceitos de região elaborados ao longo da história do

pensamento geográfico. Eles podem ser vistos dentro de um amplo *continuum* de construção daquilo que propomos denominar de *des-articulação regional* (sempre dentro de um movimento de mão dupla), desde aquelas articulações dominadas por uma maior coesão simbólica, até aquelas marcadas muito mais por uma coesão de ordem funcional. Não é pelo fato de não termos uma forte consciência ou identidade regional que a região, obrigatoriamente, deixará de existir, pois ela pode estar sustentada pelos laços funcionais de um arranjo sócio-econômico que lhe dota de especificidade dentro das dinâmicas de diferenciação geográfica em sentido mais amplo. A especificidade dessa articulação (ou “combinação”) de elementos pode ou não articular-se a uma coesão também ao nível simbólico-cultural, identitário.

Propomos manter o termo região, em sentido mais estrito, para esses espaços-momento que resultam efetivamente em uma articulação espacial consistente (ainda que mutável e “porosa”), complexa, seja por coesões de dominância sócio-econômica, política e/ou simbólico-cultural. Nesse caso cabe sempre discutir a força espacial/regional, ao mesmo tempo articuladora e desarticuladora, a partir dos sujeitos (sócio-econômicos e/ou culturais) e interesses políticos envolvidos. Muitas vezes é para ou em relação a apenas algum(ns) grupo(s) que a região efetivamente se constitui – e, nesse sentido, sem dúvida, o que representa articulação para uns pode representar desarticulação para outros.

Uma das questões mais relevantes, hoje, pela força crescente de sua evidência, é que articulações regionais do espaço podem se manifestar não apenas na tradicional forma zonal, geralmente contínua, mas também em redes, dentro de uma lógica descontínua de articulação reticular. Isso se deve tanto à intensificação da mobilidade – especialmente das migrações – quanto dos chamados processos de exclusão social (ou de precarização da inclusão, para corroborar José de Souza Martins). No primeiro caso, da intensificação da mobilidade humana, podemos ter a formação de “redes regionais” (HAESBAERT, 1997), onde elementos de regionalidade se reproduzem num espaço mais fragmentado, enquanto no segundo podem surgir “regiões com buracos” (ALLEN, MASSEY e COCHRANE, 1998), em que a articulação regional efetivamente só alcança determinados grupos ou classes e, conseqüentemente, espaços, deixando outros à margem do processo de coesão.

Quando a intensidade dos contatos a distância provoca a manutenção ou mesmo o fortalecimento de algum tipo de elo “regional”, seja por mobilidade física e/ou por contatos

virtuais, temos a construção de um outro tipo de espaço regional. Nesse caso, como para os migrantes sulistas (percebidos sempre como “gaúchos”) no interior do Brasil, trata-se não mais de uma “região” em sentido estrito – pela não consolidação de um espaço regional em sentido tradicional –, mas de uma “rede regional” em que, ainda que a materialidade da região como tal não esteja evidenciada, a maioria dos traços de uma “regionalidade” encontram-se reproduzidos.

Em síntese, ainda que a região enquanto entidade material não esteja evidenciada, podemos ter a presença dos referenciais simbólicos (ou, se quisermos, da regionalidade, em sentido mais estrito) que a alimentam e que podem, por sua vez, reconfigurar espaços em outras bases (mais fragmentados e/ou em rede, por exemplo), complexificando o desenho geográfico que, tal como ocorre com outras configurações “zonais” mais tradicionais (Estado-nação à frente), pode antecipar a complexificação socioespacial num futuro em que região, regionalismo e regionalidade (tal como nação, nacionalismo e nacionalidade) estarão substancialmente reconfigurados. Mas isso já é tema para desdobramento em outro trabalho...

Referências

- AGNEW, J. Regions in revolt. *Progress in Human Geography* 25(1). 2001.
- _____. From the political economy of regions to regional political economy. *Progress in Human Geography* 24(1). 2000.
- _____. Regions on the mind is not equal regions of the mind. *Progress in Human Geography*, 23 (1). 1999.
- ALBUQUERQUE JR., D. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco e Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- ALLEN, J.; MASSEY, D.; COCHRANE, A. *Rethinking the Region*. Londres: Routledge, 1998.
- ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BERGSON, H. *Memória e Vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. *Essais sur les données immédiates de la conscience*. (1927) Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CASTAÑÓN, G. Construtivismo e terapia cognitiva: questões epistemológicas. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2005.

- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ENTRIKIN, N. *The betweenness of Place: towards a Geography of Modernity*. Houndmills e Londres: MacMillan, 1991.
- ERNOUT, A. e MEILLET, A. (1932) *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine: Histoire des Mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1967
- FRÉMONT, A. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1976.
- GRATALOUP, C. Les régions du temps. In: *Périodes: la construction du temps historique*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales e Histoire au Présent, 1991.
- _____. (2003) Os períodos do espaço. *GEOgraphia* n. 16. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2006.
- HAESBAERT, R. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da Geografia Regional. In: Sposito, E. (org.) *Produção do espaço e redefinições regionais*. Presidente Prudente: Unesp, FCT, GASPERR, 2005.
- _____. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. (1993). Escalas espaço-temporais. In: *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- _____. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.
- _____. *RS: Latifúndio e Identidade Regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- LATOUR, B. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru: EDUSC, 2002.
- LEFEBVRE, H. (1974). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986.
- LÉVI-STRAUSS, C. *L'identité*. Paris: Quadrige e Presses Universitaires de France, 1977.
- LUSSAULT, M. Constructivisme. In: Lévy, J. e Lussault, M. (orgs.) *Dictionnaire de Géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003.
- MAIA, C. Realismo científico e construtivismo sócio-lingüístico em Bruno Latour e Ludwik Fleck. In: www.necso.ufjf.br/esocite2008/trabalhos/35929.doc Acessado em 24 out 2009.
- MOORE, A. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography* 32(2). 2008.
- PAASI, A. Place and Region: regional worlds and words. *Progress in Human Geography* vol. 26, n. 6. 2002a.
- _____. Bounded spaces in the mobile world: deconstructing "regional identity". *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geographie*. Vol. 93, n. 2, 2002b.
- _____. Deconstructing Regions: notes on the scales of spatial life. *Environment and Planning A*, vol. 23. 1991.

____. The institucionalization of regions: a theoretical framework for understanding the emergence of regions and the constitution of regional identity. *Fenya* 164(1). 1986.

PÓVOA NETO, H. A produção de um estigma: Nordeste e nordestinos o Brasil. *Travessia: revista do migrante*. São Paulo, v. 7, n. 19, 1994.

SAÏD, E. (1978) *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THRIFT, N.. For a new regional Geography (1, 2, 3). *Progress in Human Geography* vols. 14, 15 e 17, 1990, 1991, 1993.

WISHART, D. 2004. Period and Region. *Progress in Human Geography* 28.